



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

184.º CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA

001. PROVA OBJETIVA SELETIVA

JUIZ SUBSTITUTO

Juiz Substituto - Versão 01

INSTRUÇÕES

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta. Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- Não será permitida consulta a livros, anotações e comentários de qualquer natureza.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.
- Após transcorridas 3 horas do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES



S.P.Q.R.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR

01. Acerca da personalidade, é correto afirmar que

- (A) embora não exista mais o instituto romano da morte civil, é possível renunciar-se a certos direitos da personalidade, na forma da lei.
- (B) a morte pode ser real ou presumida, havendo a primeira quando cessam as funções vitais, e a segunda, somente quando alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- (C) se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presume-se que a morte do mais velho precedeu a do mais jovem.
- (D) não obstante a existência se extinguir com a morte, é tutelável a ameaça ou lesão aos direitos de personalidade do morto.

02. No que concerne ao bem de família, assinale a resposta correta consoante a Lei n.º 8.009 e a jurisprudência do STJ.

- (A) A vaga de garagem, ainda que possua matrícula própria no registro de imóveis, constitui bem de família para efeito de penhora.
- (B) O conceito de impenhorabilidade do bem de família abrange as benfeitorias de qualquer natureza, equipamentos, inclusive veículos de transporte, móveis que guarnecem a casa e obras de arte.
- (C) O conceito de impenhorabilidade do bem de família não abrange o imóvel pertencente a pessoas solteiras, viúvas e separadas.
- (D) É impenhorável o único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou a moradia da sua família.

03. Em matéria de ineficácia *lato sensu* do negócio jurídico, é correto afirmar-se:

- (A) O erro de direito, consistente em falsa suposição decorrente do desconhecimento do direito aplicável, jamais configura erro substancial capaz de viciar o negócio jurídico.
- (B) Uma vez demonstrada a simulação do negócio jurídico, seja ela absoluta ou relativa, será ele anulado na sua inteireza.
- (C) No que concerne ao elemento subjetivo da fraude pauliana, não se exige intenção de prejudicar, tendo-se como presente quando houver motivo para que o contratante *in bonis* conheça a insolvência de sua contraparte, ou esta seja notória.
- (D) O negócio jurídico celebrado mediante coação é absolutamente nulo, não sendo suscetível de confirmação.

04. Acerca da prescrição e da decadência, é correto afirmar-se:

- (A) Na forma do disposto no art. 202 do Código Civil, a prescrição e a decadência só podem ser interrompidas uma única vez.
- (B) A pretensão para haver prestações de natureza alimentar é imprescritível.
- (C) Quando a lei não fixar prazo menor, a prescrição ocorre em 10 anos.
- (D) A prescrição deve ser alegada pelo réu na contestação, sob pena de preclusão.

05. Caio, Tício e Pompeu se fazem devedores solidários de um Credor pela quantia de R\$ 3 milhões, sendo que esta obrigação interessa igualmente a todos os devedores, e todos são solventes. Considerada essa hipótese, assinale a opção correta.

- (A) Paga a integralidade da dívida por Caio, nada poderá cobrar de Tício ou de Pompeu.
- (B) Paga a integralidade da dívida por Caio, poderá cobrar R\$ 2 milhões tanto de Tício quanto de Pompeu.
- (C) Qualquer dos 3 co-devedores pode, ao dele se exigir a integralidade da dívida, opor ao Credor tanto as exceções que lhe forem pessoais quanto as exceções pessoais aos outros co-devedores não demandados.
- (D) Paga a integralidade da dívida por Caio, poderá ele cobrar R\$ 1 milhão de Tício e R\$ 1 milhão de Pompeu.



06. No que se refere à compensação, pode-se afirmar que

- (A) apesar da regra geral de que o devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever, ao fiador é permitido compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.
- (B) tendo o art. 369 do Código Civil instituído a compensação legal, nula será a disposição contratual que não dê a uma das partes desse ajuste o direito de recorrer à compensação, mantendo-a, todavia, facultada à outra parte.
- (C) se duas partes são reciprocamente credoras de quantias líquidas, mas uma das dívidas não é exigível ainda, enquanto a outra já o é, o credor da dívida exigível não poderá cobrá-la enquanto a outra não se tornar exigível.
- (D) se Caio deve a Tício R\$ 100,00 por conta de um mútuo que este fez àquele, e Caio ganhou aposta de Tício no mesmo valor, a compensação entre os débitos não poderá ser recusada nem por um e nem por outro.

07. A respeito da mora, é certo afirmar que

- (A) estando o devedor em mora, o credor só poderá dele exigir os encargos dela decorrentes, não se lhe facultando rejeitar a prestação em atraso se o devedor quiser adimpli-la.
- (B) a caracterização da mora do devedor não dispensa a existência de culpa, mas prescinde da demonstração de prejuízo efetivo.
- (C) nas obrigações de pagamento em dinheiro com data certa de vencimento, o inadimplemento constitui o devedor de pleno direito em mora; nas obrigações de dar e de fazer, ainda que líquidas e não cumpridas no termo estipulado, a constituição em mora dependerá de interpelação ao devedor, judicial ou extrajudicial.
- (D) nas obrigações provenientes de ato ilícito, reputa-se o devedor em mora desde a citação do réu da ação de ressarcimento.

08. A respeito do contrato de compra e venda, é certo afirmar que

- (A) nulo é o contrato de compra e venda quando se atrela o preço exclusivamente a taxas de mercado ou bolsa.
- (B) o direito de preferência que tem o vendedor de uma coisa de adquiri-la do comprador é personalíssimo, não se podendo ceder e nem passar aos herdeiros.
- (C) o contrato de compra de safra futura ficará sem efeito se esta, por razões climáticas, vier a se perder, sendo nula, nessa hipótese, a cláusula que permita ao vendedor ficar com o preço já recebido.
- (D) será nula a venda feita sem a observância de direito de preferência estipulado em favor de terceiro.

09. Acerca do contrato de seguro, é correto afirmar que

- (A) os credores do devedor insolvente que vem a falecer podem penhorar o capital estipulado em seguro de vida por ele próprio contratado e pago, independentemente de quem seja o beneficiário.
- (B) por meio desse contrato, que se prova mediante a exibição da apólice ou bilhete de seguro, o segurado, mediante a paga de uma contraprestação, faz jus, na hipótese de se verificar determinado evento, a receber indenização denominada prêmio.
- (C) no seguro de responsabilidade civil, o segurado não pode reconhecer sua responsabilidade sem anuência expressa do segurador.
- (D) ao segurado que agrava intencionalmente o risco objeto do contrato a lei impõe multa e redução da garantia prevista na apólice.

10. Acerca da responsabilidade civil, e considerada a jurisprudência assente, é certo afirmar que

- (A) se sentença criminal definir que determinado fato existiu, a existência desse fato não pode mais ser discutida na ação de responsabilidade civil.
- (B) aquele que cobra dívida já paga na sua inteireza é obrigado a pagar ao devedor o dobro do que houver pago, ainda que tenha agido de boa-fé.
- (C) na responsabilidade objetiva não se exige culpa e nemnexo de causalidade.
- (D) a perda de uma chance, por não se caracterizar como dano real e concreto, não pode ser indenizada.

11. Sobre o imóvel urbano de 350 m² que, sem interrupção e nem oposição, está na posse de Cícero desde fevereiro de 2003, tanto que nele construiu casa pré-fabricada de madeira, onde habita com sua família, é correto dizer que

- (A) em fevereiro de 2005, a usucapião especial se consumaria.
- (B) em 2008, já poderia ter sido usucapido de acordo com a regra da usucapião especial urbana.
- (C) poderia ser usucapido somente em 2018, de acordo com a regra da usucapião ordinária do Código Civil.
- (D) em fevereiro de 2013, Cícero já pode ajuizar a ação de usucapião para ver reconhecido seu direito de propriedade sobre o imóvel.

12. Em relação à posse, é correto afirmar que

- (A) o locatário não tem a posse direta do imóvel que ele aluga, mas sim a indireta.
- (B) o motorista de um caminhão da empresa para a qual trabalha tem a posse *ad usucapionem* desse bem.
- (C) o possuidor direto tem direito de lançar mão dos interditos contra turbação, esbulho e violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado, inclusive contra o possuidor indireto.
- (D) o possuidor responde pela perda da coisa, ainda que de boa-fé e sem ter dado causa à perda.

13. Assinale a alternativa correta.

- (A) É real o direito do comprador à aquisição do imóvel que a ele se prometeu vender por escritura pública, ainda que não registrado no Cartório de Registro de Imóveis.
- (B) Exercida a servidão aparente de forma contínua e sem oposição por 10 anos, pode ser ela usucapida.
- (C) Constitui direito real de garantia a penhora feita em processo de execução.
- (D) Diferentemente do usufruto, o direito de uso sobre coisa não constitui direito real.

14. A respeito do casamento, é certo afirmar:

- (A) É vedado, em qualquer circunstância, o casamento de pessoa menor de 16 anos.
- (B) Enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha dos bens do casal, não pode casar o divorciado, sendo nulo o casamento se assim contraído.
- (C) O casamento nuncupativo poderá ser celebrado na presença de seis testemunhas que com os nubentes não tenham parentesco em linha reta, ou, na colateral, até segundo grau, devendo ser comunicado à autoridade judicial mais próxima no prazo de 10 dias.
- (D) O casamento pode ser feito por procuração outorgada mediante instrumento particular, desde que com poderes especiais.

15. Acerca de alimentos, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei permite que a mulher grávida postule alimentos, que compreendem os valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez e que sejam dela decorrentes, da concepção ao parto.
- (B) O cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial perde definitivamente o direito de pleitear alimentos do outro cônjuge, ainda que não lhe reste qualquer outro meio de subsistência.
- (C) Os alimentos provisórios são aqueles postulados liminarmente, ao passo que os provisionais são aqueles concedidos definitivamente.
- (D) A obrigação de prestar alimentos é personalíssima, não se transmitindo aos herdeiros do devedor.

16. Com relação ao regime de bens do casamento, é correto afirmar que

- (A) qualquer que seja o regime de bens, nenhum cônjuge poderá, sem a autorização do outro, alienar ou onerar bens imóveis.
- (B) no regime da comunhão parcial, entram na comunhão todos os bens adquiridos na constância do casamento.
- (C) excluem-se da comunhão parcial as obrigações provenientes de atos ilícitos, salvo reversão em proveito do casal.
- (D) a falta de autorização de um cônjuge para que o outro preste fiança, quando o regime não é o da separação absoluta de bens, torna nula a garantia, podendo essa nulidade ser alegada a qualquer tempo.

17. Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente ofensa física que resulte em lesão grave autoriza a deserção de herdeiro necessário em testamento.
- (B) A deserção do herdeiro necessário pode ser feita em testamento sem que o testador declare sua causa, mas, nesse caso, caberá a quem aproveite a deserção justificá-la.
- (C) Uma vez excluído da sucessão por motivo de indignidade determinado herdeiro, seus descendentes também não sucedem.
- (D) A exclusão de herdeiro ou legatário da sucessão nos casos de indignidade deverá sempre ser declarada por sentença.

18. Relativamente à ordem da vocação hereditária, assinale a alternativa correta.

- (A) Concorrendo à herança irmãos bilaterais e unilaterais, cada um desses herdará apenas a metade do que cada um daqueles herdar.
- (B) Concorrendo à herança somente um avô materno e dois avós paternos, a cada um tocará 1/3 (um terço) da herança.
- (C) Se concorrerem à herança somente um filho de irmão pré-morto e duas filhas de irmã pré-morto, àquele tocará metade da herança e a cada uma destas, 1/4 (um quarto) dela.
- (D) Incluem-se na sucessão legítima os colaterais até o terceiro grau.

19. Considerada a lei e a jurisprudência do STJ sobre abusividade de cláusulas de contratos bancários, é correto afirmar que

- (A) a estipulação de juros superiores a 12% ao ano por si só indica abusividade.
- (B) nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas.
- (C) a Comissão de permanência deve ser determinada de antemão, sendo potestativa e, por isso, nula a cláusula que a atrele a taxas médias de mercado, apuradas pelo Banco Central.
- (D) é vedada a estipulação de multa moratória em contratos com o consumidor.

20. Acerca dos planos e seguros privados de assistência à saúde, considerada a Lei n.º 9.656/98 e a jurisprudência do STJ, é correto dizer que

- (A) as doenças e lesões preexistentes devem ser cobertas após prazo de carência de 24 meses, a menos que depois desse prazo a operadora faça prova do conhecimento prévio do consumidor.
- (B) é lícito ser excluída a cobertura de tratamentos estéticos, inseminação artificial e de doenças sexualmente transmissíveis.
- (C) é considerada abusiva a cláusula que limita internação hospitalar do segurado a período superior a 90 dias, admitida a limitação acima desse período.
- (D) é vedado estabelecer carência superior a 24 horas para a cobertura de tratamento de casos de urgência e emergência.

21. Acerca dos pressupostos processuais relativos às partes, é acertado dizer que

- (A) a capacidade de ser parte depende da personalidade jurídica e dela é decorrente, de sorte que somente as pessoas naturais e as pessoas jurídicas dispõem de capacidade de ser parte.
- (B) os incapazes dispõem de capacidade postulatória se devidamente representados ou assistidos por seus pais, tutores ou curadores.
- (C) não obstante tenha capacidade de ser parte, faltará legitimidade processual àquele que intentar, sem consentimento do cônjuge, ações que versem sobre direitos reais de qualquer natureza.
- (D) o nascituro tem capacidade de ser parte, mas se nascer morto, o processo se extinguirá.

22. Em matéria de competência, é correto afirmar que

- (A) ainda que se verifique a identidade de partes, causa de pedir e pedidos, não haverá litispendência entre a ação intentada perante tribunal estrangeiro e aquela submetida à autoridade judiciária brasileira.
- (B) a incompetência relativa se verifica quando há violação de critérios territoriais, de valor da causa, ou funcionais.
- (C) na ação em que o réu for incapaz e tiver domicílio distinto do de seu representante, prevalecerá o foro do domicílio do incapaz.
- (D) sendo o autor da ação domiciliado no Brasil e o réu domiciliado e residente exclusivamente no exterior, poderá ela ser ajuizada em qualquer foro.

23. Acerca da petição inicial, diante dos termos do Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos arts. 282 e 283, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, ele a indeferirá de plano.
- (B) deverá sempre indicar nome e qualificação das partes, os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido, o pedido e o valor do pedido.
- (C) nos litígios que tenham por objeto obrigações decorrentes de empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil, o autor deverá discriminar, na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, quantificando o valor incontroverso.
- (D) é lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior, mas é vedado formularem-se pedidos alternativos.

24. Sobre a assistência judiciária, é acertado afirmar que

- (A) não pode beneficiar estrangeiros, ainda que residentes no Brasil.
- (B) a impugnação do direito à assistência judiciária não suspende o curso do processo e será feita em autos apartados.
- (C) a condição de pobre é presumida para todo aquele que a afirma, não podendo o juiz, portanto, indeferir a assistência judiciária sem que haja a impugnação da outra parte.
- (D) nas causas em que uma das partes for beneficiária da assistência judiciária, não haverá condenação em honorários advocatícios, independentemente de quem seja vencedor.

25. Com relação aos critérios de determinação da prevenção entre 2 juízos, é certo afirmar que

- (A) sempre será preventivo o juízo onde o juiz despachou em primeiro lugar.
- (B) sempre será preventivo o juízo onde por primeiro ocorrer a citação válida.
- (C) entre juízes da mesma competência territorial, será preventivo aquele onde tiver ocorrido por primeiro a citação válida; já entre juízos de comarcas diferentes, preventivo será aquele onde por primeiro se proferiu despacho.
- (D) entre juízes da mesma competência territorial, será preventivo aquele que despachou em primeiro lugar; já entre juízos de comarcas diferentes, preventivo será aquele em que por primeiro ocorreu a citação válida.

26. Acerca da antecipação de tutela, é correto afirmar que

- (A) se não deferida no curso do processo, não poderá ser concedida apenas na sentença.
- (B) a tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo.
- (C) uma vez requerida na petição inicial, a título de antecipação de tutela, providência de natureza cautelar, deverá o juiz indeferi-la diante da inadequação do pedido.
- (D) se o Tribunal de Justiça cassar decisão que antecipa a tutela por entender inverossímil a alegação do autor, não mais poderá o juiz de primeira instância conceder na sentença essa mesma tutela.

27. Acerca de provas, é correto afirmar que

- (A) qualquer que seja o valor do contrato, é lícito à parte inocente provar exclusivamente com testemunhas a sua simulação.
- (B) há presunção absoluta de veracidade e exatidão dos livros comerciais quando eles constituam prova contra seu autor, e relativa, quando provam a seu favor.
- (C) somente a requerimento de algumas das partes, demonstrando que a matéria não está suficientemente esclarecida, poderá o juiz determinar a realização de nova perícia.
- (D) para provar a verdade dos fatos, só se podem produzir as provas especificadas no Código de Processo Civil.

28. Assinale a afirmativa correta.

- (A) Publicada a sentença contendo inexatidão material, somente a requerimento da parte poderá o juiz corrigi-la.
- (B) Os embargos de declaração podem ter efeitos infringentes sempre que o juiz reconhecer ter cometido *error in iudicando*.
- (C) Pelo princípio da adstrição, é defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida.
- (D) Formulado pelo autor pedido condenatório líquido, o juiz poderá proferir sentença ilíquida, mandando que o *quantum* seja apurado em liquidação.

29. No que concerne aos recursos, é acertado dizer que

- (A) nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal só poderá julgar desde logo a lide se houver concordância expressa das partes.
- (B) verificada a inexistência de preparo devido, o recorrente será intimado para efetuar-lo no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção.
- (C) o recurso interposto por um litisconsorte só a ele aproveitará.
- (D) ainda que se limite a confirmar a decisão recorrida, a decisão que aprecia o recurso no tribunal substitui-se à primeira no que tiver sido objeto de recurso.

30. Considerada a lei e a jurisprudência do STJ sobre execução, é correto afirmar que
- (A) os contratos de mútuo com garantia real ou pessoal são títulos executivos extrajudiciais, independentemente de outras formalidades.
 - (B) a nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia e por isso não pode embasar a ação de execução.
 - (C) contra a Fazenda Pública não cabe a execução de título extrajudicial.
 - (D) o prévio protesto é requisito para a execução da dívida.
31. Acerca da defesa do executado, é certo afirmar, em conformidade com a lei e a jurisprudência do STJ, que
- (A) é definitiva a execução de título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos.
 - (B) a concessão de efeito suspensivo aos embargos de devedor impede a efetivação dos atos de penhora.
 - (C) os embargos de devedor devem ser opostos no prazo de 15 (quinze) dias, o qual se conta em dobro quando houver mais de um executado com diferentes procuradores.
 - (D) a exceção de pré-executividade pode ser apresentada antes da segurança do juízo pela penhora ou depósito; já os embargos de devedor só podem ser opostos seguro o juízo.
32. No que diz respeito ao processo cautelar, é correto dizer que
- (A) cessa a eficácia da medida cautelar se não for executada dentro de 30 (trinta) dias.
 - (B) a sentença só pode servir de fundamento ao arresto quando transitada em julgado.
 - (C) uma das hipóteses de cabimento do arresto é o que recai sobre os bens do casal, no curso da ação de separação judicial, se um dos cônjuges os estiver dilapidando.
 - (D) qualquer que seja o procedimento cautelar, o prazo de contestação é de 10 (dez) dias.
33. Acerca do Juizado Especial Cível, é correto dizer que
- (A) no processo perante o Juizado Especial não se admitirá nem o litisconsórcio nem tampouco qualquer modalidade de intervenção de terceiro ou a assistência.
 - (B) no recurso interposto da sentença, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogados.
 - (C) os bancos podem ajuizar execução contra seus devedores no Juizado Especial, desde que a cobrança não exceda o limite de 40 (quarenta salários mínimos).
 - (D) as pessoas físicas incapazes, desde que regularmente representadas, podem propor ação perante o Juizado Especial.
34. Assinale a assertiva correta no que diz respeito à ação civil pública (ACP).
- (A) Pode o juiz cominar liminarmente multa diária para a hipótese de descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, a qual será de imediato exigível.
 - (B) É requisito para a propositura da ACP pelo Ministério Público a instauração e conclusão prévia de inquérito civil.
 - (C) A apelação interposta da sentença proferida em ACP será sempre recebida no duplo efeito.
 - (D) A constituição há mais de um ano da associação que intenta a ACP é requisito de legitimação que pode, em determinadas circunstâncias, ser dispensado pelo juiz.
35. Acerca da arbitragem, é correto dizer que
- (A) é nula a sentença arbitral quando o julgamento de mérito nela contido contrariar lei federal ou alterar a verdade dos fatos.
 - (B) a nulidade do contrato no qual se estipulou a cláusula arbitral implica, necessariamente, a nulidade da cláusula compromissória.
 - (C) a sentença arbitral brasileira não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário.
 - (D) somente o Poder Judiciário pode decidir acerca da validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória, de sorte que, em caso de tal alegação, o Tribunal Arbitral deve submeter a questão ao juiz togado competente.

36. Há crime em que a tentativa é punida com a mesma pena do crime consumado, sem a diminuição legal. Exemplo: art. 309 do Código Eleitoral (“votar ou tentar votar, mais de uma vez, ou em lugar de outrem”).

Recebe, em doutrina, a denominação de

- (A) crime consunto.
- (B) crime de conduta mista.
- (C) crime de atentado ou de empreendimento.
- (D) crime multitudinário.

37. Quando a descrição legal do tipo penal contém o dissenso, expresso ou implícito, como elemento específico, o consentimento do ofendido funciona como causa de exclusão da

- (A) antijuridicidade formal.
- (B) tipicidade.
- (C) antijuridicidade material.
- (D) punibilidade do fato.

38. O crime de dano (CP, art. 163), norma menos grave, funciona como elemento do crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo à subtração da coisa (CP, art. 155, § 4.º, inciso I).

Nesta hipótese, o crime de dano é excluído pela norma mais grave, em função do princípio da

- (A) especialidade.
- (B) consunção.
- (C) subsidiariedade tácita ou implícita.
- (D) subsidiariedade expressa ou explícita.

39. A, perante várias pessoas, afirmou falsamente que B, funcionário público aposentado, explorava a atividade ilícita do jogo do bicho, quando exercia as funções públicas.

Ante a imputação falsa, é correto afirmar que A cometeu o crime de

- (A) difamação, não se admitindo a exceção da verdade.
- (B) calúnia, admitindo-se a exceção da verdade.
- (C) calúnia, não se admitindo a exceção da verdade.
- (D) difamação, admitindo-se a exceção da verdade.

40. A e B, agindo em concurso e com unidade de desígnios entre si, mediante grave ameaça, exercida com o emprego de arma de fogo, abordaram C, que reagiu após o anúncio de assalto. Ante a reação, B efetuou um disparo contra C, mas por erro na execução, o projétil atingiu o comparsa, causando-lhe a morte. Em seguida, B pôs-se em fuga, sem realizar a subtração patrimonial visada.

Esse fato configura

- (A) roubo tentado e homicídio consumado, em concurso material.
- (B) latrocínio tentado.
- (C) homicídio consumado.
- (D) latrocínio consumado.

41. A foi processado como incurso no artigo 217A, § 1.º, do Código Penal (estupro de vulnerável), por ter tido conjunção carnal com pessoa de 19 anos, portadora de deficiência mental.

Finda a instrução, resultou provado que o réu atuou em erro sobre a vulnerabilidade da ofendida, decorrente da deficiência mental, cuja circunstância desconhecia.

Considerada a hipótese, o Juiz deve

- (A) absolver o réu, com fundamento em causa de exclusão da antijuridicidade.
- (B) absolver o réu, com fundamento em causa de exclusão da tipicidade.
- (C) absolver o réu, com fundamento em causa de exclusão da culpabilidade.
- (D) condenar o réu pelo crime de estupro, na forma simples.

42. A, testemunha compromissada, mediante suborno, presta falso testemunho, em fases sucessivas de um processo penal, por homicídio doloso, ou seja, no inquérito policial, na instrução criminal e em plenário.

A cometeu crime de

- (A) falso testemunho em continuidade delitiva.
- (B) falso testemunho único, com aumento de pena.
- (C) falso testemunho em concurso material.
- (D) falso testemunho em concurso formal.

43. A, por motivo egoístico, ordenou a destruição de parte de uma fazenda colonial, de sua propriedade, especialmente protegida por decisão judicial de tutela antecipada, concedida nos autos de ação civil pública movida pelo Ministério Público com vistas à preservação, em sua inteireza, do imóvel, em razão de seu valor histórico, cultural e arquitetônico, cujo processo de tombamento, porém, ainda não havia sido instaurado. Nesse caso, o agente praticou

- (A) o crime previsto no artigo 62, inciso I, da Lei n.º 9.605/98, que define os crimes ambientais.
- (B) o crime de dano qualificado pelo motivo egoístico, previsto no artigo 163, parágrafo único, inciso IV, do Código Penal.
- (C) o fato no exercício regular de direito, uma vez que era o proprietário do imóvel.
- (D) conduta atípica, uma vez que o imóvel não era tombado, nem iniciado o seu tombamento e provisória a decisão judicial que o protegia.

44. A, de forma reiterada, apropriou-se de pensão proveniente do INSS, pertencente a B, pessoa idosa, e dela recebida, dando ao rendimento mensal aplicação diversa de sua finalidade.

A cometeu o crime de

- (A) furto qualificado pelo abuso de confiança.
- (B) apropriação indébita, definido no artigo 102, “caput”, da Lei n.º 10.741/03 (Estatuto do Idoso), com agravamento da pena, em face da circunstância prevista no artigo 61, inciso II, letra h, do Código Penal (crime contra idoso).
- (C) apropriação indébita previdenciária, definido no artigo 168-A, “caput”, do Código Penal.
- (D) apropriação indébita, definido no artigo 102, “caput”, da Lei n.º 10.741/03 (Estatuto do Idoso), com aumento de pena decorrente da continuidade delitiva, prevista no artigo 71, “caput”, do Código Penal.

45. Conforme o disposto no artigo 14, parágrafo único, do Código Penal, “Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços”.

O critério de diminuição da pena levará em consideração

- (A) a motivação do crime.
- (B) a intensidade do dolo.
- (C) o *iter criminis* percorrido pelo agente.
- (D) a periculosidade do agente.

46. A ação penal somente pode ser proposta contra quem se imputa a prática da infração penal. Outra pessoa, ainda que tenha obrigações de caráter civil decorrentes do delito, não pode ser incluída na ação, isto em função do princípio da

- (A) obrigatoriedade.
- (B) indisponibilidade.
- (C) intranscendência.
- (D) oficialidade.

47. Faz coisa julgada no cível a sentença que absolve o réu com fundamento

- (A) de não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal.
- (B) de haver o fato sido praticado em estado de necessidade defensivo.
- (C) de não constituir o fato infração penal (ser atípico).
- (D) de haver o fato sido praticado com amparo em causa excludente da culpabilidade (fato é típico e ilícito, mas não culpável).

48. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo(a)

- (A) prevenção.
- (B) lugar da infração.
- (C) conexão ou continência.
- (D) distribuição.

49. A exceção de incompetência constitui meio processual assecutorio da observância do princípio do(a)

- (A) oficialidade.
- (B) juiz natural.
- (C) publicidade.
- (D) persuasão racional.

50. A foi denunciado por furto; finda a instrução, a prova coligida aponta para a prática de roubo, a exigir a providência do artigo 384 do CPP (*mutatio libelli*). O Promotor de Justiça oficiante recusou-se a aditar a denúncia; encaminhados os autos para os fins do artigo 28 do CPP, o Procurador Geral de Justiça avalizou a recusa. Neste caso, deve o Juiz
- (A) julgar a lide nos termos da imputação da denúncia.
 - (B) recorrer de ofício ao Tribunal de Justiça.
 - (C) renovar a instrução.
 - (D) julgar extinta a punibilidade do réu.
51. Da decisão judicial que determina o arquivamento de autos de inquérito policial, a pedido do Ministério Público,
- (A) cabe carta testemunhável.
 - (B) cabe recurso de apelação.
 - (C) cabe recurso em sentido estrito.
 - (D) não cabe recurso.
52. A Lei n.º 7.960, de 21 de dezembro de 1989, que dispõe sobre prisão temporária, não permite a aplicação da medida em caso de
- (A) furto.
 - (B) homicídio doloso.
 - (C) roubo.
 - (D) sequestro ou cárcere privado.
53. Nos termos da Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o Juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, a seguinte medida protetiva de urgência, entre outras:
- (A) suspensão definitiva do poder familiar.
 - (B) cassação de porte de arma.
 - (C) restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores.
 - (D) suspensão temporária do poder familiar.
54. Segundo a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), pela prática de atos infracionais os adolescentes ficam sujeitos às seguintes medidas socioeducativas, dentre outras:
- (A) liberdade vigiada.
 - (B) liberdade assistida.
 - (C) limitação de fim de semana.
 - (D) internação em casa de custódia e tratamento.
55. A Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), em seu artigo 94, prescreve a aplicação do procedimento previsto na Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, para crimes contra idosos, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos. Arguida a inconstitucionalidade do artigo 94 da referida Lei, o Supremo Tribunal Federal, apreciando a questão, entendeu que
- (A) o artigo 94 é inconstitucional, uma vez que ofende o princípio constitucional da ampla defesa (art. 5.º, LV, da CF), ao adotar procedimento célere reservado aos crimes de menor potencial ofensivo, qualificação que não ostentam os crimes cuja pena máxima privativa de liberdade atinge 4 (quatro) anos.
 - (B) o artigo 94 é inconstitucional, uma vez que permite a aplicação da Lei n.º 10.741/03, que contém benefícios de transação penal e suspensão condicional do processo, incompatíveis com a proteção constitucional ao idoso.
 - (C) aos crimes previstos na Lei n.º 10.741/03, aplica-se, integralmente, o disposto na Lei n.º 9.099/95, inclusive para permitir a composição dos danos civis, a transação penal e a suspensão condicional do processo.
 - (D) aos crimes previstos na Lei n.º 10.741/03 aplica-se o procedimento da Lei n.º 9.099/95, mas não a composição dos danos civis, a transação penal e a suspensão condicional do processo.

56. Os Territórios Federais integram a União, e sua criação será regulada por meio de

- (A) Lei Complementar, precedida de consulta popular.
- (B) Emenda Constitucional.
- (C) Plebiscito.
- (D) Emenda Constitucional, precedida de consulta popular.

57. O exercício do Poder Constituinte Derivado, nos termos expressos da Constituição Federal de 1988,

- (A) pode revelar-se por meio de projeto de iniciativa popular, nos termos expressamente previstos na Constituição Federal, exercido pela apresentação de projeto à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- (B) permite a reforma da Constituição, desde que a Proposta de Emenda à Constituição seja votada e aprovada, em dois turnos, se obtiver, em cada casa do Congresso, dois terços dos votos dos respectivos membros.
- (C) pode revelar-se nas Emendas à Constituição, iniciadas por proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (D) permite a reforma da Constituição, desde que a Proposta de Emenda à Constituição seja votada e aprovada em sessão unicameral, em dois turnos, por dois terços de Deputados e Senadores.

58. Com relação ao Distrito Federal, a Constituição Federal

- (A) veda a divisão do Distrito Federal em Municípios.
- (B) atribui ao Distrito Federal poder de organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal.
- (C) autoriza a divisão do Distrito Federal em Municípios, desde que consultada a população mediante plebiscito.
- (D) atribui ao Distrito Federal as mesmas competências legislativas reservadas à União.

59. Na ação direta de inconstitucionalidade de ato ou lei estadual,

- (A) o legitimado ativo, depois de proposta a ação, poderá desistir da ação, desde que não tenha sido apresentada defesa das normas impugnadas pelo Procurador-Geral do Estado.
- (B) a petição inicial, acompanhada de instrumento de procuração, quando subscrita por advogado, será apresentada em duas vias, e conterá elementos suficientes a demonstrar a qualidade do autor como titular de direito subjetivo apto a exercer o direito de ação.
- (C) a petição inicial, acompanhada de instrumento de procuração, quando subscrita por advogado, será apresentada em duas vias, descrevendo a lide e seus fundamentos.
- (D) a petição inicial, acompanhada de instrumento de procuração, quando subscrita por advogado, será apresentada em duas vias, e poderá impugnar tanto lei estadual quanto leis municipais, conjuntamente, na mesma ação, desde que haja identidade da matéria e de alguns comandos normativos veiculados, fundada na violação da Constituição Estadual.

60. O Estado intervirá em seus Municípios para

- (A) assegurar a observância da Constituição Estadual, nos termos da ação dirigida e acolhida pelo Tribunal de Justiça, passível de revisão por meio de Recurso Extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal.
- (B) assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, mediante representação provida pelo Tribunal de Justiça com essa finalidade.
- (C) pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- (D) reorganizar as finanças municipais.

61. Ato Normativo do Presidente da República que exorbita dos limites de delegação legislativa

- (A) autoriza o Congresso Nacional a revogar todo o Ato Normativo do Poder Executivo, por meio de uma Resolução.
- (B) legitima o Presidente do Senado Federal a propor ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) autoriza o Congresso Nacional a sustar a parte do Ato Normativo do Poder Executivo que exorbitou dos limites de delegação legislativa, por meio de Decreto Legislativo.
- (D) legitima a Mesa do Congresso Nacional a propor ação direta de inconstitucionalidade.

62. Súmula do STF aprovada por 2/3 de seus membros, com efeito vinculante, nos termos do art. 103-A, da Constituição Federal,
- (A) pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, proposta pelo Presidente da República.
 - (B) pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, proposta pelo Governador de Estado ou do Distrito Federal.
 - (C) não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade.
 - (D) pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, proposta pelo Procurador Geral da República.
63. É (São) cargo(s) eletivo(s) privativo(s) de brasileiros
- (A) natos ou naturalizados o cargo de Presidente do Senado Federal.
 - (B) natos ou naturalizados o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
 - (C) natos o cargo de Presidente das Casas Legislativas (Câmara dos Deputados e Senado Federal).
 - (D) natos os cargos de Deputado Federal e de Senador da República.
64. É caso de decretação do Estado de Sítio
- (A) comoção grave de repercussão na capital de uma das unidades federativas.
 - (B) ameaça à ordem pública em virtude de calamidade de grandes proporções na natureza.
 - (C) ameaça à ordem pública em virtude de grave e iminente instabilidade institucional.
 - (D) ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa.
65. A promoção na carreira da magistratura, de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, nos termos do Inciso II, e alíneas, do art. 93 da Constituição Federal
- (A) está escorada em dispositivos autoaplicáveis, pois a exigência de edição de lei complementar para estabelecer o Estatuto da Magistratura não impede a imediata utilização dos preceitos constitucionais básicos que regem o Poder Judiciário e a magistratura.
 - (B) está escorada em dispositivos que reclamam a obediência à Lei Orgânica da Magistratura, LOMAN, para que tenham eficácia imediata.
 - (C) esses dispositivos referem-se aos critérios de promoção e de remoção dos Juízes Estaduais.
 - (D) esses dispositivos referem-se aos critérios de promoção e de remoção dos Juízes Federais.
66. Nos Tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído Órgão Especial
- (A) com identidade de atribuições administrativas e jurisdicionais idênticas às do Plenário do Tribunal.
 - (B) com provimento de um terço das vagas por antiguidade entre os juízes de carreira, um terço das vagas por antiguidade entre os juízes provenientes do quinto da Advocacia e do Ministério Público, alternadamente, e um terço por eleição do Tribunal Pleno.
 - (C) o Plenário do Tribunal, nos termos da Constituição, tem absoluta discricionariedade em decidir ou não pela criação de seu Órgão Especial, em seu regimento interno.
 - (D) aplicando-se a ele o quórum a que o Regimento Interno dispuser, no exercício das competências jurisdicionais e administrativas, inclusive disciplinares.
67. O procedimento de responsabilização política dos Ministros do Supremo Tribunal Federal que pratiquem infrações político-administrativas atentatórias à Constituição Federal de 1988
- (A) respeitará o disposto no art. 28 da Lei Orgânica da Magistratura, porquanto, ao tomar posse o ministro do Supremo Tribunal Federal, torna-se vitalício.
 - (B) será processado perante o Senado Federal.
 - (C) será processado perante um Tribunal especial composto de três Ministros do Supremo Tribunal Federal, três do Senado Federal e três da Câmara dos Deputados.
 - (D) será processado perante o STF, e findo o prazo da defesa prévia, apresentada ou não, o Presidente convocará o Tribunal Pleno para que, em sessão secreta, nos termos do parágrafo segundo do art. 27 da LOMAN, decida sobre a responsabilidade do denunciado.

68. Podem alistar-se como eleitores,
- (A) os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.
 - (B) os brasileiros residentes em Portugal que ali gozam dos direitos políticos do Estado onde residem.
 - (C) os militares de carreira.
 - (D) os estrangeiros, com residência no país.
69. Os Tribunais Regionais Eleitorais
- (A) são órgãos da Jurisdição Eleitoral em cada Estado, compostos de sete membros: dois desembargadores eleitos entre os desembargadores do Tribunal de Justiça; dois entre os juizes de direito escolhidos pelo Tribunal de Justiça; um juiz federal escolhido pelo respectivo Tribunal Regional Federal e dois advogados nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
 - (B) têm competência originária para conhecer e julgar nas eleições municipais das capitais as representações pela prática de irregularidades na propaganda eleitoral, assim como os pedidos de direito de resposta.
 - (C) são órgãos da Justiça Comum Estadual.
 - (D) são órgãos da Jurisdição Eleitoral em cada Estado, compostos de nove membros: dois desembargadores eleitos entre os desembargadores do Tribunal de Justiça; dois entre os juizes de direito escolhidos pelo Tribunal de Justiça; um juiz federal escolhido pelo respectivo Tribunal Regional Federal; dois Promotores de Justiça, de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Órgão Especial do Ministério Público, nomeados pelo Presidente da República, e dois advogados nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
70. O prazo de desincompatibilização dos Magistrados e membros do Tribunal de Contas, por estarem submetidos à vedação constitucional de filiação partidária,
- (A) depende de alteração do texto constitucional, para que sejam dispensados do prazo de filiação partidária.
 - (B) depende de alteração da Lei Orgânica da Magistratura, para que sejam dispensados do prazo de filiação partidária.
 - (C) é de seis meses antes das eleições, dispensados do prazo de filiação partidária fixado em lei ordinária.
 - (D) é de três meses antes das eleições, dispensados do prazo de filiação partidária fixado em lei ordinária.

71. O Juiz que autorizar o incapaz, por meio de seu representante, continuar a empresa antes exercida por seus pais poderá
- (A) limitar a responsabilidade do incapaz pelas dívidas da empresa autorizada.
 - (B) eximir o representante do incapaz pelos atos do gerente nomeado.
 - (C) especificar, segundo seu livre convencimento, quais os bens que ficarão sujeitos ao resultado da empresa.
 - (D) ordenar e aprovar a nomeação de gerente em todos os casos em que entender conveniente.
72. O Juiz só poderá autorizar a exibição integral dos livros e papéis de escrituração empresarial quando necessária para
- (A) verificar se o empresário ou a sociedade empresária observa, ou não, em seus livros e fichas, as formalidades prescritas em lei.
 - (B) resolver questões relativas a sucessão, comunhão ou sociedade, administração ou gestão à conta de outrem, ou em caso de falência.
 - (C) apurar se a atividade empresarial gerou lucros ou prejuízos no exercício financeiro.
 - (D) apurar se a empresa paga pontualmente os tributos incidentes sobre a atividade empresarial.
73. Das decisões do Plenário da Junta Comercial, cabe recurso ao
- (A) Governador do Estado da unidade federativa da junta respectiva.
 - (B) Secretário Estadual da Indústria e Comércio.
 - (C) Ministro de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo.
 - (D) Presidente da Junta Comercial.
74. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça na interpretação da Lei de Locações (Lei n.º 8.245/91), a expressão “accessio temporis” utilizada para viabilizar o perfazimento do prazo mínimo legal exigido para a renovação das locações empresariais significa a possibilidade da soma dos prazos
- (A) dos contratos escritos de locação do cedente e do cessionário da locação.
 - (B) de exploração de ramos diferentes de comércio do locatário.
 - (C) dos contratos escritos de locação do antecessor e do sucessor da locação.
 - (D) dos contratos celebrados por escrito, entremeados por pequeno lapso temporal de contrato não escrito.

75. Na sociedade limitada que for administrada por sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes
- (A) à totalidade do capital social.
 - (B) no mínimo, a dois terços do capital social.
 - (C) a mais da metade do capital social.
 - (D) no mínimo, a três quartos do capital social.
76. Poderão ser eleitas para membros dos órgãos de administração da sociedade anônima:
- (A) pessoas naturais, devendo os diretores ser residentes no País.
 - (B) pessoas naturais, residentes no País, devendo os membros do conselho de administração ser acionistas, e os diretores, acionistas ou não.
 - (C) pessoas naturais, devendo os membros do conselho de administração ser acionistas, e os diretores residentes no País, acionistas ou não.
 - (D) pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.
77. Em relação ao consórcio de sociedades, assinale a alternativa correta.
- (A) Adquire personalidade jurídica mediante o arquivamento do contrato no Registro do Comércio do lugar da sua sede.
 - (B) Nas obrigações assumidas pelas consorciadas, presume-se responsabilidade solidária.
 - (C) O consórcio será constituído mediante contrato aprovado pelo órgão da sociedade competente para autorizar a alienação de bens do ativo não circulante.
 - (D) O consórcio não tem capacidade processual.
78. Em relação ao contrato de seguro, é correto afirmar que
- (A) subsistirá a responsabilidade do segurado perante o terceiro, se o segurador for insolvente.
 - (B) a apólice à ordem se transfere por endosso em branco assinado pelo endossante.
 - (C) jurisprudência sumulada do STJ afirma que prescreve em três (3) anos a pretensão do segurado em grupo contra a seguradora.
 - (D) o estipulante representa o segurador perante o grupo segurado.
79. Na sentença que decreta a falência, o Juiz
- (A) fixará o termo legal da falência, sem poder retrotraí-lo por mais de 60 dias, contados do primeiro protesto por falta de pagamento.
 - (B) poderá ordenar a prisão preventiva do falido ou de seus administradores, quando requerida com fundamento em prova da prática de crime definido na Lei n.º 11.101/2005.
 - (C) nomeará administrador judicial que será escolhido entre os maiores credores do falido, residente ou domiciliado no foro da falência, de reconhecida idoneidade moral e financeira.
 - (D) explicitará o prazo de 60 dias para as habilitações de crédito.
80. A Lei n.º 11.101/2005, no que diz respeito aos crimes nela previstos, considera a sentença que decreta a falência e a que concede a recuperação judicial
- (A) pressupostos dos crimes pós-falimentares.
 - (B) condições de procedibilidade.
 - (C) elementos integrantes do tipo.
 - (D) condições objetiva de punibilidade.
81. Submete(m)-se aos efeitos da recuperação o(s) seguinte(s) crédito(s):
- (A) garantidos por propriedade fiduciária de bens móveis ou imóveis e de arrendamento mercantil.
 - (B) fiscais e parafiscais.
 - (C) debêntures com garantia real.
 - (D) importância entregue ao devedor, em moeda corrente nacional, decorrente de adiantamento a contrato de câmbio para exportação (ACC).
82. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em relação ao contrato de arrendamento mercantil, tem, atualmente, como entendimento sumulado:
- (A) no contrato de arrendamento mercantil com cláusula resolutiva expressa, é desnecessária a notificação prévia do arrendatário para constituí-lo em mora.
 - (B) a cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.
 - (C) a cobrança antecipada do valor residual (VRG) descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil, transformando-o em compra e venda à prestação.
 - (D) a simples propositura de ação revisional do contrato de arrendamento mercantil inibe a caracterização da mora do autor.

DIREITO TRIBUTÁRIO

83. Os municípios são competentes para instituir:
- (A) ICMS, IPTU, ISS, ITBI.
 - (B) contribuições de melhoria, taxas pelo exercício de poder de polícia, empréstimos compulsórios.
 - (C) IPTU, ISS, taxas de fiscalização sanitária de imóveis.
 - (D) IPVA, ISS, IPTU.
84. Assinale o veículo introdutor habilitado para delimitar a zona urbana, com a finalidade de incidência do IPTU.
- (A) Lei Municipal.
 - (B) Decreto Municipal.
 - (C) Resolução do IBGE.
 - (D) Decreto Estadual.
85. Considerando uma operação de doação de ações de sociedade anônima cujos papéis não circulem por bolsa de valores, nem tenham sido objeto de negociação nos últimos 180 dias, assinale o valor que deve ser utilizado para o cálculo do tributo estadual incidente sobre esse negócio jurídico.
- (A) Valor de mercado.
 - (B) Valor nominal da ação.
 - (C) Valor contábil.
 - (D) Valor patrimonial.
86. A respeito das isenções de ICMS, é correto afirmar que
- (A) têm validade em todo o território nacional.
 - (B) podem ser outorgadas por meio de Lei Complementar produzida pela União.
 - (C) somente podem ser instituídas após aprovação de convênio autorizativo no Conselho Nacional de Política Fazendária.
 - (D) podem ser objeto de Decreto.

87. A respeito do Imposto de Transmissão “Causa Mortis” e Doações, quando, ao tempo do óbito, o de “cujus” era residente no Rio de Janeiro, seus herdeiros em Pernambuco, e foi a eles transferida a titularidade de ações de Companhia sediada em São Paulo, a quem compete o lançamento do tributo?
- (A) Não incide o ITCMD em transferências de valores mobiliários.
 - (B) São Paulo.
 - (C) Pernambuco.
 - (D) Rio de Janeiro.
88. Nos casos de ICMS incidente sobre operação de importação, a partir de quando é devido o tributo?
- (A) No momento em que é contratada a operação de importação.
 - (B) Ao tempo em que a importação adentra mar territorial ou o espaço aéreo do estado.
 - (C) No instante em que a operação de importação é registrada no SISCOMEX.
 - (D) No momento do desembaraço aduaneiro.

DIREITO AMBIENTAL

89. A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo depende de
- (A) autorização do órgão municipal e cadastramento do imóvel no CAR.
 - (B) autorização do órgão federal e cadastramento do imóvel no CAR.
 - (C) autorização do órgão estadual e cadastramento do imóvel no CAR.
 - (D) domínio exclusivamente privado, autorização do órgão federal e cadastramento do imóvel no CAR.
90. O direito ao meio ambiente, como direito de terceira geração ou terceira dimensão, apresenta uma estrutura bifronte, cujo significado consiste em contemplar
- (A) direito de defesa e direito prestacional.
 - (B) direito de defesa e recuperação da qualidade ambiental degradada.
 - (C) direito material e direito procedimental.
 - (D) direito à obtenção e à manutenção de um status previamente definido no texto constitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

91. O princípio da autotutela administrativa, consagrado no Enunciado n.º 473 das Súmulas do STF (“473 – A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”), fundamento invocado pela Administração para desfazer ato administrativo que afete interesse do administrado, desfavorecendo sua posição jurídica,
- (A) confunde-se com a chamada tutela administrativa.
 - (B) prescinde da instauração de prévio procedimento administrativo, pois tem como objetivo a restauração da ordem jurídica, em respeito ao princípio da legalidade que rege a Administração Pública.
 - (C) exige prévia instauração de processo administrativo, para assegurar o devido processo legal.
 - (D) pode ser invocado apenas em relação aos atos administrativos ilegais.
92. Configura ilegalidade a demissão, pelo superior, de funcionário que exerce cargo de confiança, demissível *ad nutum*, quando a demissão
- (A) fundamentar-se na prática de ato de improbidade administrativa tipificado, devidamente comprovado em processo administrativo regular.
 - (B) estiver fundamentada na prática de ato de improbidade administrativa não tipificado.
 - (C) for desprovida de motivação.
 - (D) apoiar-se em ilícito administrativo, comprovado em processo administrativo regular.
93. No exercício do poder de polícia administrativa, o Município, segundo orientação Sumulada do STF,
- (A) ao proibir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, edita lei válida.
 - (B) ao proibir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, edita lei inválida.
 - (C) ao estabelecer o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais situados em seu território, edita lei inválida.
 - (D) pode criar limitações administrativas à propriedade, passíveis de indenização.
94. A celebração de um contrato administrativo, tendo por objeto a construção de uma usina eólica, para ter validade jurídica,
- (A) prescinde de qualquer autorização de outro Poder, por falta de previsão constitucional.
 - (B) está condicionada à aprovação popular.
 - (C) reclama prévia autorização do Poder Judiciário.
 - (D) está condicionada à prévia autorização do Poder Legislativo.
95. Ante a recusa do adjudicatário para assinar o contrato, a Administração poderá
- (A) convocar qualquer dos licitantes, observados os critérios da conveniência e oportunidade, para assinar o contrato.
 - (B) convocar qualquer dos licitantes, desde que prestada garantia adicional consistente em caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, para assinar o contrato.
 - (C) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições do primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.
 - (D) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nos termos de suas propostas, inclusive quanto aos preços.
96. A anulação *ex officio* da licitação, fundada na ilegalidade do procedimento licitatório, gera efeitos *ex tunc*;
- (A) ainda assim sujeita a Administração a pagar indenização às partes.
 - (B) são idênticos os efeitos produzidos na anulação da licitação e na anulação do contrato.
 - (C) como a Administração tem o dever de velar pela legalidade de seus atos, o decreto de anulação da licitação, fundada na ilegalidade do procedimento, prescinde, na esfera administrativa, do exercício do direito de defesa.
 - (D) o terceiro de boa-fé atingido pela invalidação da licitação será indenizado pelos prejuízos decorrentes da anulação.

97. A Súmula Vinculante n.º 13 do STF, que proíbe o nepotismo na esfera dos três poderes da República,
- (A) não alcança os serviços extrajudiciais de notas e de registro, pois estes têm caráter privado e seus titulares não exercem cargo público efetivo nem ocupam cargo público (ADI 2.602-0 do STF) e nada os impede de contratar parentes pelo regime da CLT.
 - (B) impede a contratação de cônjuge e parentes de primeiro grau de magistrados nos serviços extrajudiciais de notas e registros situados na mesma Comarca onde o magistrado exerce a jurisdição.
 - (C) alcança as serventias extrajudiciais porque, como estão submetidas à fiscalização pelo Poder Judiciário, devem ser havidas como órgãos públicos, submetendo-se, portanto, à Súmula n.º 13.
 - (D) alcança o cônjuge e parentes até o terceiro grau dos titulares dos serviços extrajudiciais de notas e de registros.
98. A atuação do Estado, no exercício do poder de polícia, provocando danos na coisa, com objetivo de remover perigo iminente, sem que o dono da coisa seja culpado do perigo,
- (A) constitui ato lícito. Portanto, não enseja a responsabilidade civil do Estado.
 - (B) constitui ato lícito. Portanto, o dono da coisa deverá suportar o prejuízo.
 - (C) constitui ato lícito. Entretanto, o ato enseja a responsabilidade civil do Estado para reparar o dano causado.
 - (D) constitui estado de necessidade, não susceptível de indenização pelo Estado.
99. A declaração de utilidade pública de um imóvel para fins de desapropriação
- (A) quando efetivada a desapropriação, exige que o valor da obra seja incluído na indenização.
 - (B) não impede a expedição do alvará de licenciamento para construção no imóvel, desde que preenchidos os requisitos legais para sua expedição.
 - (C) impede a Administração de expedir alvará de licença para edificação no imóvel.
 - (D) impede que o proprietário use, goze e disponha do imóvel.
100. Serviços de docas explorados por companhia privada, confiados por concessão da União, têm seus bens desapropriados pelo Estado. Com relação à hipótese, assinale a alternativa correta.
- (A) É ilegal a desapropriação porque a União pode desapropriar bens dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos Territórios, e os Estados, dos Municípios, prevalecendo o ato da pessoa jurídica de mais alta categoria, segundo o interesse de que cuida: o nacional prevalece sobre o regional, e este sobre o local. O reverso não é possível.
 - (B) A desapropriação produzirá como uma de suas consequências a extinção da pessoa jurídica.
 - (C) A desapropriação é legal porque a União e os Estados têm competência concorrente para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os portos marítimos, fluviais e lacustres.
 - (D) É legal a desapropriação pelo Estado, desde que haja prévia autorização do Presidente da República.



